



CLIPPING



30 de
MAIO
2022

REPÓRTER

70

> CARTAZ CÍRIO

Tão logo foi apresentado, na noite de ontem, o novo cartaz do Círio de Nazaré 2022 ganhou as redes sociais e grupos de mensagens, que passaram a reproduzir a imagem. A apresentação foi feita pela Diretoria da Festa de Nazaré às 19h30, para uma Basílica Santuário lotada de devotos. A fotografia do cartaz deste ano é de Salim Wariss, que além de fotógrafo com atuação na Guarda de Nazaré, é servidor público do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). O cartaz traz também ilustrações de fundo feitas pelo artista paraense José Fernandes Fonseca Neto, o Zocca. O cartaz do Círio tem tiragem inicial de 900 mil cópias, e a imagem também estará na capa do Livro das Peregrinações, usado pela Diretoria da Festa de Nazaré nas visitas da imagem peregrina na quadra nazarena, e que este ano completa 50 anos.

EMPOUCASLINHAS

- **A Polícia Civil do Pará deve indicar ainda esta semana os agentes substitutos para a delegacia de Oriximiná, que teve o delegado titular e o investigador afastados pelo juízo da Comarca de Oriximiná.**
- **O delegado Edmilson Bastos Faro e o investigador José Marcelo Pinheiro de Oliveira foram afastados do exercício de suas funções a pedido do Ministério Público do Pará, após processo por abuso de autoridade dos dois agentes.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Cantores organizam e também se apresentam no evento

“Pérolas Musicais” ajuda CRIANÇAS DO AURÁ

PARCERIAS - Shows terão renda revertida para ações da Associação Acreditar no Amanhã

Arte em prol da solidariedade é a proposta do show Pérolas Musicais III, do cantor Francisco Campos junto com convidadas, que será realizado em duas edições, hoje, 27 e em 3 de junho, às 20h, no Teatro do Sesi, em Belém. No repertório, serão relembrados os clássicos da Música Popular Brasileira (MPB), do cinema e de grandes musicais. O valor arrecadado nas apresentações será revertido para a Associação Acreditar no Amanhã, em prol das crianças da Escola Santana do Aurá, localizada em Belém.

As cantoras Gigi Furtado, Lanna Bastos, Luciana Távares, Denise Dacier e Lorena Monteiro participarão das apresentações junto com Francisco, que promete uma noite de muita música e boa nostalgia. “O nome é sugestivo porque desde a primeira concepção é um passeio musical pelo cancionário nacional e internacional, passando inclusive pela nossa música paraense, interpretando canções de grandes nomes do nosso Estado, como Waldemar Henrique, Wilson Fonseca, Jayme Ovale, dentre outros. Nas apresentações, são executadas também músicas de grandes festivais, musicais e de filmes imortalizados pela crítica”, destacou o cantor.

Francisco Campos elogiou o talento das cantoras convidadas. “São artistas com larga experiência tanto no campo musical erudita como

também na interpretação de composições de maior apelo popular. O público certamente ficará encantado não só com a performance delas, mas com o repertório escolhido, que continua fiel à proposta inicial que dá nome ao espetáculo”. O ingresso tem o investimento de R\$ 60 e é vendido pelo Comitê de Ação Social e Cidadania por meio dos telefones (91) 3205-3775 ou 3205-3203.

O projeto “Pérolas Musicais” teve início em 2019, em uma conversa entre Francisco Campos e a cantora e também produtora do show, Gigi Furtado. “Estávamos no Café da Fox e discutíamos a possibilidade de fazermos um show juntos, foi quando ela me sugeriu que eu montasse um elenco de músicas para um eventual show. Um mês depois desse encontro, no mesmo lugar, surgiu a ideia e o apresentamos em setembro de 2019, na sala Augusto Meira, com casa cheia. Para essa edição, teremos surpresas ao longo da apresentação. Fica o convite para todo o público de Belém conferir de perto, não só pelo bom gosto musical, mas pela interpretação do cantor e das cantoras”, ressaltou.

Um universo de quase 300 crianças da Escola Santana do Aurá e seus familiares é alcançado pelas ações da Associação Acreditar no Amanhã, instituição privada nascida do Comitê de Ação Social e Cidadania

do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), integrada por magistrados e servidores, da ativa e aposentados.

Diversas parcerias, públicas e privadas, possibilitam, desde 2015, a esse público extremamente carente o resgate da cidadania, a reinserção e promoção social. Das 153 famílias inicialmente atendidas, apenas uma tinha renda familiar mensal de R\$ 1 mil. O restante ficava na faixa dos R\$ 200.

Regularmente são entregues alimentos e material de higiene, prestação assistência médico-odontológica com acompanhamento psicológico, além da possibilidade de continuação dos estudos aos jovens que concluíram o ensino fundamental, a oferta de cursos profissionalizantes e ações de inclusão cívico-esportiva. Os alunos recebem, também, o material escolar e os uniformes completos. A Associação custeia aulas de reforço para as crianças com dificuldade no aprendizado normal.

Como suporte financeiro ao custeio dessas ações, são promovidas venda de comidas, bazares, bingos, rifas e shows beneficentes. A Associação também aceita doações de roupas, gêneros alimentícios, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos usados (mas em condições de uso), que, recuperados, são destinados ao aprendizado dos alunos ou revendidos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

JUSTIÇA

Em audiência realizada na 3ª Vara Criminal de Belém, presidida pela juíza Cristina Collyer, concluiu a instrução do processo que apura a responsabilidade criminal do acusado dos crimes de roubo majorado e estupro mediante violência e grave ameaça contra quatro jovens na faixa de 20 a 25 anos no Parque do Utinga, no ano passado. O denunciado saiu de dentro da mata e, mediante violência e grave ameaça, com emprego de arma de fogo, cometeu os crimes de roubo majorado e estupro contra as vítimas. A sentença deve sair nos próximos dias.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Em 15 dias de ações, “Operação Impacto” contabiliza mais de 800 prisões em todo o Pará

SEGURANÇA

Deflagrada desde o último dia 13 deste mês, a “Operação Impacto” já realizou 713 prisões em flagrante, 179 cumprimentos de mandados judiciais, entre prisões preventivas, temporárias e recapturas, além da apreensão de 31 armas de fogo, mais de 220kg de entorpecentes e 26 pés de maconha, em todo o estado. Os dados contabilizam o período de 13 a 27 de maio.

As ações, que seguem de forma integrada pelos Órgãos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (Sieds) e Órgãos municipais, permanecem com cerca de 3 mil agentes de segurança pública atuando ostensivamente na Região Metropolitana e interior do Estado, com o objetivo de inibir e coibir ações criminosas, garantindo assim a segurança de todos e a redução dos indicadores de criminalidade.

De 713 prisões em flagrante, 190 suspeitos foram autuados pelo crime de tráfico de entorpecentes, o que resulta na desarticulação de grupos que comercializam drogas, assim como previne a prática de outros crimes como furtos e roubos, que estão interligados ao tráfico.

Além da “Operação Impacto”, que é composta por cinco ações de policiamento ostensivo e tem participação das Polícias Civil, Militar, Científica e Penal do Estado, Corpo de Bombeiros Militar, Departamento de Trânsito do Estado, Semob e Guardas Municipais dos municípios diretamente atingidos, com ações de rondas ostensivas, pontos base estratégicos e abordagens, por meio das operações Saturação, Barreira e Incursão, essa última em conformidade com a mancha criminal de cada bairro, segue em andamen-



Efetivo policial foi aumentado no Estado no mês de maio

FOTO: BRUNO CECIM / AGÊNCIA PARÁ

to também a “Anjo da Guarda” deflagrada com o objetivo de proporcionar Segurança, através de rede de proteção, a todos os policiais da ativa e veteranos, a “Super Overlord”, “Polícia Mais Forte” e a “Contraturno”, que consiste na realização de Pontos Base Estratégicos nas proximidades das paradas de ônibus.

Ao longo do fim de semana, também está sendo realizada pela Segup a operação “Tolerância Zero”, integrada por diversos órgãos com o objetivo de promover o enfrentamento de crimes de poluição sonora e perturbação da tranquilidade, além de outros crimes que possam ocorrer em bares e casas de show.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



CASA CAIU

CAIXA DE SOM GUARDAVA ARMA E DROGAS

Polícia deu uma batida em uma casa na cidade de Xinguara e conseguiu flagrar várias pessoas com atitude suspeita

TRÁFICO DE DROGAS

JR Avelar

Uma equipe de policiais civis da 14ª Região Integrada de Segurança no município de Xinguara, na região sul do Pará, estava fazendo levanta-

mentos para apurar a ocorrência de tráfico de drogas na cidade quando se deparou com uma situação estranha.

A equipe de investigação percebeu a movimentação suspeita na rua Araguaia, centro de Xinguara, sendo feita uma campanha onde foi constatado um fluxo exagerado de pessoas entrando na residência para

aparentemente algo ilícito.

Levantando a situação, os policiais civis conseguiram informações que no local não funciona nenhum supermercado, casas de encontros ou até mesmo local para pagamento do Auxílio Brasil e logo o fato foi relatado ao delegado Max de Xinguara.

Com o relatório de campo nas mãos, o delegado representou pela busca e apreensão domiciliar, logo deferida pelo poder judiciário de Xinguara e neste sábado (29) a equipe saiu para o seu cumprimento.

O delegado, com os investigadores Viana, Hugo e escri-

vão Paulo foram até a residência onde apresentaram o mandado fazendo logo a detenção de Gabriel Santos de Souza, Loislaine Oliveira de Freitas e Silvestre da Silva Nery.

Durante as buscas nada de ilícito foi encontrado, no entanto, os policiais desconfiaram de uma caixa de som e questionado Gabriel Santos informou que a mesma estava emprestada para que o trio curtisse neste final de semana um reggae do famoso cantor jamaicano Bob Marley.

A resposta foi a senha conseguida para a Polícia Civil pro-

ceder a uma revista no interior do "sonoro" e neste momento a "casa caiu", uma vez que foi encontrada escondida dentro do aparelho uma pistola Ponto 40 com numeração raspada, 2,528 kg de maconha, crack, ecstasy e cocaína.

Também foram apreendidos R\$1.582,00 em espécie e trocados que segundo a polícia seria para facilitar o comércio de entorpecentes. Gabriel Santos de Souza que seria o autor intelectual e material dos crimes recebeu voz de prisão juntamente com os demais e apresentados na delegacia de Xinguara.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CAIU HOMEM MORRE APOS SAIR DO 'VENENO'

Corpo foi encontrado em uma área de mata. A vítima havia saído da cadeia após ser acusada de furtar uma embarcação

FIM DA LINHA

JR Avelar

Edvan Serrão Carvalho foi preso há um mês suspeito de furtar uma embarcação no município de Muaná, na ilha do Marajó, e não passou muito tempo preso. Ele ganhou um salvo conduto da justiça e, após alguns dias em liberdade, acabou morto.

O rapaz teve o corpo achado por populares em uma área de mangue sendo o fato comunicado ao comandante da 20ª Companhia Integrada da Polícia Militar em Muaná, o major Kojak, que determinou a viatura 6000 com o sargento Rodrigo, cabos Amaral, Oliveira, Ramos e soldados Leo Lucas, Veloso e Brasil verificar a situação.

A informação dava conta de

que o corpo de um homem possivelmente assassinado foi encontrado sem vida em uma área de mata, no final da passagem Miguelzinho.

A guarnição ao chegar já encontrou uma equipe da Polícia Civil sob o comando do delegado Rosivaldo que estavam providenciando a remoção para o necrotério do hospital de Muaná.

O morto foi identificado como Edvan Serrão Carvalho e pelas informações da Polícia Militar ele havia sido preso no início do mês em Muaná sob suspeita de ter cometido o furto de uma embarcação.

Quanto à motivação do crime ainda é uma incógnita para a Polícia Civil que registrou o fato e segue investigando o crime uma vez que nenhuma testemunha foi localizada para dar algum tipo de informação quanto à morte de Edval Serrão Carvalho.



A polícia investiga a motivação do crime
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SEGUNDA-FEIRA**

ENVOLVIDO EM MORTE DE
SARGENTO DA PM É MORTO
PÁGINA 7

Diário do Pará

POLÍCIA**EM CASTANHAL****MULHERES SÃO PRESAS
POR TRÁFICO DE DROGAS****AUTUADAS**

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Na cidade de Castanhal, região do nordeste paraense, duas mulheres foram presas pela Polícia Militar acusadas de tráfico de drogas. As prisões ocorreram na manhã de quinta-feira (26) e na manhã de ontem. Diversas porções de maconha, cocaína e várias pedras de óxi e crack foram apreendidas.

Na manhã de quinta-feira (26), por volta das 11h, policiais militares apresentaram na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal uma mulher identificada como Alessandra, a qual foi flagrada com 94 porções de entorpecentes. A guarnição da PM informou que estava realizando rondas pelo bairro Nova Olinda quando, na rua Major Wilson, foram avistados dois homens e uma mulher em atitude sus-

peita. Houve a abordagem e revista pessoal nos dois homens, porém nada de irregular foi encontrado e eles foram liberados. A mulher também foi abordada e, dentro da bolsa dela, foram encontradas 94 porções de entorpecentes e o valor de R\$ 59,00. A acusada Alessandra foi autuada em flagrante delito pelo crime de tráfico de drogas. Ela ficou de ser encaminhada para o Centro de Recuperação Feminino (CRF), em Ananindeua, para ficar a disposição do Poder Judiciário.

Já na manhã de ontem, por volta das 9h30min, policiais militares realizavam rondas pela Feira da Ceasa, no Centro Comercial de Castanhal, quando avistaram outra mulher suspeita na rua Paes de Carvalho. Dentro da mochila da mulher, foram encontradas 204 pedras de crack. A mulher identificada como Bianca também foi apresentada na Delegacia do Centro de Castanhal, onde também foi autuada pelo crime de tráfico de drogas.



A polícia apreendeu uma certa quantidade de drogas com as mulheres
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



"GURU RELIGIOSO"

João de Deus paraense é investigado por abuso sexual

A polícia civil acredita que dezenas de mulheres tenham sido vítimas dele nos últimos 14 anos.

🕒 quinta-feira, 26/05/2022, 18:43 - Atualizado em 26/05/2022, 18:41 - 🧑 Autor: Paula Marrocos, com informações de Wellington Jr./RBATV



📷 Guru tem entre as acusações que pesam contra ele a vivência com uma adolescente | Reprodução

O ano de 2017 ficou marcado em todo o Brasil quando surgiram as denúncias de que um dos mais influentes líderes religiosos do país era acusado de praticar estupros e outros abusos sexuais contra as mulheres que buscavam seus serviços espirituais. A descoberta dos crimes e a prisão de João de Deus geraram perdas à cidade de Abadiânia-GO após o escândalo, no entanto, justiça foi feita.

No Pará, um caso com roteiro semelhante começa a se desenrolar. Na manhã desta quinta-feira (26), foi marcada a audiência que ouviu vítimas e testemunhas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de defesa de Paulo Paumgartten Sabino de Oliveira, de 68 anos. A justiça do Pará investiga o idoso que é acusado de abusar sexualmente de dezenas de mulheres.

De portas fechadas, o momento foi para compreender a forma que Paulo Sabino agia. Testemunhas e vítimas compareceram, mas não saíram pela porta principal. Advogados de acusação e defesa também não quiseram se pronunciar sobre o caso.

A repercussão dos crimes aconteceu quando o criador da seita "Missão do Espírito Santo", foi denunciado por crimes sexuais contra as mulheres. No bairro de Fátima, em Belém, ele vivia com seis vítimas. Entre elas, uma adolescente.

O homem ficou conhecido como João de Deus Paraense e fazia uma espécie de "lavagem cerebral" nas vítimas, através de sessões espirituais e, a partir daí, elas eram submetidas a prestar serviços e doar toda arrecadação para o acusado. Após isso, eram violentadas sexualmente. A polícia civil acredita que dezenas de mulheres tenham sido vítimas dele nos últimos 14 anos.

A prisão em flagrante foi em março deste ano, em Marudá, distrito de Marapanim, interior do estado. Entre todas as acusações está também a de agressão contra uma mulher, inclusive, com material armazenado no celular de Paulo Sabino. O caso está sendo investigado pela Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, em Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



BENS BLOQUEADOS

Prisão de presidente Câmara Municipal de Maracanã é mantida

O Ministério Público do Estado vê indícios de desvio de dinheiro público na casa legislativa. Um envolvido está foragido.

quinta-feira, 26/05/2022, 14:59 - Atualizado em 26/05/2022, 14:56 - Autor: Denilson d'Almeida



A Justiça determinou o bloqueio de bens do vereador Cacaia Rabelo (PL) suspeito de desviar recursos da Câmara Municipal de Maracanã. ele está preso | (Reprodução)

O juiz Lucas Furlan, da Vara Única de Maracanã, acatou o pedido do Ministério Público do Estado e decidiu a manutenção da prisão temporária do presidente da Câmara de Vereadores do Município, José Maria do Socorro Silva Rabelo (PL), e ainda o bloqueio dos bens dele.

[Cacaia Rabelo, como é conhecido o parlamentar, é suspeito de liderar um esquema de desvio de dinheiro público](#) da Casa Legislativa. Ele está afastado das funções desde a última terça-feira (24), quando foi preso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



A Justiça determinou o bloqueio de bens do vereador Cacaia Rabelo (PL) suspeito de desviar recursos da Câmara Municipal de Maracanã. ele está preso | (Reprodução)

O caso é investigado pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPPA, que cumpriu mandados de busca e apreensão em imóveis de Cacaia em Belém e na Vila de Algodal.

A Justiça também decretou a prisão de Rodrigo dos Santos Nogueira, dono de duas empresas atacadistas que também são alvos das investigações e que podem estar envolvidas no esquema de desvio dos recursos. Estas empresas tem sede em Castanhal e fornecem materiais de escritório, limpeza e alimentos. Rodrigo está foragido, segundo o Ministério Público. Na última terça-feira (24), o MP cumpriu mandados de busca e apreensão nos escritórios das empresas dele.

A tesoureira da Câmara Municipal de Maracanã, Núbia de Nazaré Teixeira Botelho, também está afastada das atividades por determinação judicial. A servidora está proibida de entrar em qualquer órgão da administração municipal sob pena de pagar multa de R\$ 10 mil. Além disso, a Justiça

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

recomendou que os dias de afastamento sejam descontados na folha de pagamento.

Nesta quinta-feira (26), foi realizada uma audiência de custódia do vereador na qual a defesa solicitou a liberdade de Cacaia. O Ministério Público argumentou que ainda há outras diligências em andamento, “sendo imprescindível a manutenção da prisão para as investigações em curso, reforçando que o outro representado [Rodrigo Nogueira] se encontra foragido até o presente momento”.



Operação do Gaeoco esteve na Câmara Municipal de Maracanã | (Reprodução)

A denúncia contra Cacaia foi feita em novembro de 2021 por uma servidora da Câmara Municipal de Maracanã. As investigações do Gaeco já encontraram evidências de que o esquema de desvio de dinheiro consistia na emissão de notas fiscais por parte das empresas de Castanhal, que recebiam o pagamento por determinadas compras, mas não entregavam os produtos e materiais adquiridos pela Câmara Municipal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após receberem os valores, as empresas devolviam a maior parte do dinheiro para os agentes que controlam as contas públicas da Câmara Municipal de Maracaná. O Ministério Público investiga outros servidores e vereadores envolvidos no esquema, pois as contas e compras da casa legislativa requer aprovação coletiva.

A reportagem ainda não conseguiu contato com as defesas dos envolvidos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça suspende licenciamento ambiental de projeto de extração de ouro da mineradora Belo Sun no Pará

Ação da Defensoria Pública do Pará pede que licenciamento pela Semas seja realizado somente após estudo socioambiental sobre povos ribeirinhos afetados pelo empreendimento.

Por g1 Pará — Belém

27/05/2022 11h04 · Atualizado há 2 dias



belo sun volta grande — Foto: Divulgação/ Belo Sun

A Justiça do Pará decidiu suspender o licenciamento ambiental do projeto Volta Grande, de extração de ouro, da mineradora Belo Sun, em decisão a favor da [ação civil pública da Defensoria Pública do Estado](#) (DPE) contra a empresa e o Estado do Pará. Para o órgão, o projeto está ilegal "por violar normas sobre licenciamento".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ação pede que o licenciamento ambiental pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) seja realizado somente após estudo socioambiental sobre povos ribeirinhos que seriam atingidos pelo empreendimento.

Em nota, a Semas disse que o licenciamento ambiental do empreendimento do projeto Volta Grande, de interesse da empresa Belo Sun Mineração, já se encontra suspenso desde 2018.

A coordenadora do Núcleo de Defensorias Agrárias, defensora pública Andreia Barreto, explica que "a novidade com a decisão é que agora o Estado do Pará deverá observar no licenciamento ambiental a consulta das comunidades ribeirinhas, que estão no raio de 10 km do empreendimento, pois até então não havia essa obrigação porque o Estado desconsiderou isso nos estudos".

"A partir da decisão, o Estado vai ter que fazer, além da consulta, os estudos sobre essas comunidades que estão neste raio, e isso vai implicar em fazer um termo de referência dentro do processo de licenciamento ambiental, e a complementação dos estudos. Com isso, o passo seguinte seria a consulta livre, prévia e informada, que a decisão determinou e que é objeto da ação civil pública da DPE".

O [licenciamento de instalação do projeto já está suspenso](#), por tempo indeterminado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

Já sobre o licenciamento ambiental, segundo a DPE, o processo teve início em julho de 2020, quando foi proposta a ação civil pública, "visto que o Projeto Minerário Volta Grande coloca em risco o território e a existência das comunidades ribeirinhas da Volta Grande do Xingu, que dependem do rio para práticas ancestrais" - *relembre no vídeo abaixo*.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



DPE entra com ação contra mineradora Belo Sun e Governo do PA

A ação aponta a que houve "ilegalidade do licenciamento pela ausência de estudo sobre os impactos socioambientais", já que comunidades da região do Xingu precisam estar a distância mínima de 10 km do empreendimento.

De acordo com a defensoria, o pedido foi baseado em relatório técnico produzido pela Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA), com manifestação sobre o projeto, apontando os riscos à população ribeirinha que ocupam o território do empreendimento.

A defensoria pública Bia Albuquerque afirma que "não retirar as comunidades dessa área e a não compensação das famílias ribeirinhas significa que as comunidades serão vizinhas durante 24 anos da instalação e operação da maior mina de ouro a céu aberto do país".

"Essas comunidades irão herdar a degradação ambiental e uma barragem de rejeito há menos de 1,6km do rio Xingu", afirma.

Ainda segundo a defensoria, a situação "viola o direito ao território tradicional dos povos tradicionais, que é indispensável para a manutenção do modo vida e o direito à autodeterminação".

"Além disso, é violado o direito de decidir sobre o modo de desenvolvimento que desejam para as suas comunidades, o que é previsto pela Convenção

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Interamericana de Direitos Humanos e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho”, conclui.

A Defensoria Pública solicitou com urgência a suspensão do processo de licenciamento ambiental da empresa Belo Sun Mineração Ltda, até que sejam realizados o diagnóstico socioambiental dos territórios dos povos ribeirinhos, na distância mínima 10 km do empreendimento, nas duas margens do rio Xingu, e a consulta prévia, livre, garantindo o consentimento dos ribeirinhos, pelo Estado do Pará.

A decisão judicial fixa multa diária de R\$100 mil para caso de descumprimento da medida, sem prejuízo de eventual responsabilização criminal dos envolvidos, bem como determina a realização de inspeção judicial e perícia antropológica.

Sobre a ação da DPE

O Estado do Pará e a empresa Belo Sun Mineração Ltda. são alvos de ação civil pública da Defensoria Pública do Estado (DPE), apontando riscos à comunidade ribeirinha causados por um minerário de ouro na zona rural de [Senador José Porfírio](#), sudoeste do estado.

A ação é do Núcleo das Defensorias Agrárias, após um relatório técnico, de junho deste ano, produzido pela Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (Aida), com manifestação sobre o projeto minerário Volta Grande.

De acordo com o geólogo Andres Eduardo Angel, o empreendimento é considerado de grande porte e com capacidade estimada para produção de 50 toneladas de ouro em 12 anos de funcionamento.

O estudo aponta, ainda, que não foi examinado pelo empreendimento o diagnóstico ambiental e ocupações dos povos ribeirinhos, "nem assegurado a eles direito à participação, consulta e consentimento prévio", corolário do direito

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ao território, previsto pelo Pacto São José da Costa Rica e Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo a DPE.

A DPE apontou, na ação, o risco e as ameaças aos territórios e às atividades agrárias de extrativismo do peixe e agricultura.

O projeto, conforme é citado na ação, foi licenciado pelo Estado do Pará, "o qual ignorou o direito ao território e consulta prévia dos moradores da Ilha da Fazenda, ao determinar que a empresa (e não o Estado) realize reuniões (e não consulta) com as famílias, para decidirem sobre a modalidade de indenização (e não sobre o empreendimento)".

A ação considera que o empreendimento está ilegal, "por violar normas sobre licenciamento" e tem intuito de assegurar o direito ao território aos povos ribeirinhos, localizados às margens do rio Xingu, na região de Volta Grande.

O documento pedia a condenação com indenização de perdas e danos, multas fixada por dia caso haja descumprimento e a suspensão do licenciamento do projeto.

O que a Belo Sun diz:

A Belo Sun Mineração emitiu uma nota informando que "o licenciamento está suspenso desde 2017 e essa decisão temporária e monocrática em nada muda o cenário atual da empresa de continuar seguindo os ritos normais e legais para retomada do licenciamento do projeto".

"(...) Não existe nada de ilegal no licenciamento do Projeto Volta Grande e a Belo Sun segue aberta ao diálogo com todas as comunidades, autoridades e instituições públicas como sempre fez no rito dos processos de licenciamento conduzidos pela Semas e Funai, desde 2012, e o melhor exemplo recente disso, foi a conclusão da realização da consulta e estudo do componente indígena com as TIs Arara da Volta Grande e Paquiçamba, comunidades tradicionais da Volta

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Grande do Xingu, o que pode ser testemunhado pelas próprias comunidades indígenas.

A ação civil pública objeto desta decisão recente da Vara Agrária foi instaurada em 2020, 8 anos após a realização das audiências públicas com as comunidades de ribeirinhos, de garimpeiros, de agricultores e assentados identificados nos estudos de impacto socioambiental realizado pela Brandt Meio Ambiente e aprovado pela Semas, o órgão ambiental competente para o licenciamento. A Belo Sun sempre esteve e estará à disposição das comunidades da Volta Grande e acredita que o projeto trará inúmeros benefícios, progresso e segurança para estas comunidades, região e o estado do Pará", afirma a empresa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Mulheres são presas em SP suspeitas de golpes contra servidores públicos no PA e de causar prejuízo de R\$ 600 mil

Elas convenciam as vítimas a investir em empresa de confecção prometendo retornos de 40% ao mês, mas sumiam com dinheiro. Polícia Civil de Belém iniciou investigação há 5 meses.

Por g1 Pará

28/05/2022 21h01 · Atualizado há um dia



Suspeitas de aplicar golpes em servidores públicos do Pará foram presas em SP — Foto: Polícia Civil/Divulgação

Duas mulheres foram presas preventivamente pela polícia paraense em São Paulo por estelionato. Elas são suspeitas de aplicarem golpes contra servidores públicos em [Belém](#) e causar prejuízo estimado de de R\$ 600 mil.

A prisão foi na sexta-feira (27) e divulgada neste sábado (28) pelo Ministério Público do Pará (MPPA), que deu apoio à prisão através do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As investigações apontaram que as duas presas convenciam as vítimas a investir em uma empresa de confecção que elas teriam começado, prometendo "retorno de 40% ao mês do investimento".

"Ludibriando as vítimas, pegavam o dinheiro e não entregavam nenhum tipo de retorno financeiro. Pelo contrário, sumiam com os valores", informou o MPPA.

Servidores estaduais enganados por elas prestaram queixa na delegacia da Sacramento em [Belém](#) e as investigações começaram, há cerca de cinco meses. Não foi detalhado quantos servidores foram enganados, onde trabalhavam e porque eles eram o alvo das suspeitas.

No fim do ano passado, as duas fugiram para a cidade de São Paulo, "onde passaram a viver tranquilamente", segundo o MPPA.

Após a prisão, "as duas serão recambiadas ao estado do Pará, conforme decisão judicial", informou o MPPA. As idades, identidades delas e o que alegaram não foi detalhado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça inspeciona área em conflito onde famílias de agricultores tiveram casas incendiadas em Anapu, no PA

Terras inspecionadas são disputadas judicialmente.

Por g1 Pará — Belém

28/05/2022 10h58 - Atualizado há 2 dias



Juiz da Vara Agrária de Altamira visita área disputada por agricultores e fazendeiros

A Justiça do Pará fez uma inspeção em área de conflito em [Anapu](#), na região sudoeste do estado. O juiz da Vara Agrária de Altamira, Antônio Vilar, foi à área do lote 96 ouvir famílias de posseiros depois de um ataque armado a duas casas. O clima na área ainda é considerado tenso. Ainda não houve prisões.

As terras inspecionadas são áreas disputadas judicialmente. Sob escola policial, o juiz conversou com moradores, e ouviu relatos de lideranças sobre ameaças, risco de morte e insegurança no local. Segun

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Entre as pessoas ouvidas está Erasmo Teófilo, que faz parte do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Ele denunciou às autoridades o ataque de ao menos dez homens armados que tentaram fazer uma reintegração de posse forçada na área, no último dia 11 de maio. Duas famílias tiveram casas destruídas e foram ameaçadas.

A advogada da família do fazendeiro Antônio Peixoto, que reivindicou na Justiça a posse da terra também acompanhou a visita do juiz. Ela informou que o fazendeiro faleceu em São Paulo, em abril. Ele deixou um filho e a viúva como herdeiros. Segundo a advogada, a família soube do ataque por telefone e se surpreendeu com o ato de violência.

Ainda segundo a advogada, a família não pretende vender a área por enquanto e o fazendeiro conseguiu provar com documentos que é o legítimo proprietário das terras.

Já a Defensoria Pública Agrária tem outro posicionamento. Por isso, o órgão pediu à Justiça que as famílias continuem na área.

O lote 96 da Gleba Bacajá é considerado área de conflito histórico no município de [Anapu](#). Desde 2014, as terras estão sendo disputadas e a Vara Agrária de Altamira chegou a dar decisão favorável ao fazendeiro. Mas a reintegração de posse não chegou a ser cumprida.

A Defensoria Pública Agrária entrou com recurso a favor das famílias, mas que ainda deverá ser julgado em segunda instância. Enquanto não há uma decisão final por parte da justiça, as famílias decidiram permanecer aqui na área, mesmo alegando que estão com medo.

A situação do lote 96 também foi levada pelo Ministério Público Federal à Justiça Federal, com duas ações civis públicas. Este mês, houve duas decisões contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), determinando a criação de assentamentos agrícolas em 4 lotes da Gleba Bacajá, sendo um deles é 96.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O Incra terá 60 dias pra emitir laudo agrônômico de fiscalização na área e a União terá de fornecer os recursos necessários no trabalho.

As duas famílias que tiveram as casas incendiadas disseram estar aterrorizadas desde o ataque. Um agricultor diz que quando chegou ao local o fogo já havia destruído tudo. Ele afirma não ter conseguido salvar nem os documentos pessoais.

O advogado das famílias que vivem no lote 96 cobra uma resposta às autoridades para que os responsáveis pelo ataque à área sejam identificados e presos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Liminar obriga município de Santarém a organizar lixo depositado no aterro do Perema

Documento estabelece uma série de obrigações a serem cumpridas pelo município.

Por g1 Santarém e região — PA
27/05/2022 16h37 · Atualizado há 2 dias



Lixão de Perema — Foto: Reprodução/ TV Tapajós

A 13ª Promotoria de Justiça de [Santarém](#), oeste do Pará, obteve liminar em Ação Civil Pública que obriga o município a cumprir uma série de requisitos relacionadas ao lixão do Perema, localizado no quilômetro 14 da rodovia PA-370, entre eles, organizar o lixo depositado no local.

A liminar foi expedida no dia 23 de maio de 2022 pela 6ª Vara Cível de [Santarém](#), no âmbito ação proposta pelo MPPA no ano de 2009, e estabelece cronogramas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e recursos voltados para a solução dos problemas ambientais relacionados ao depósito de resíduos, além de obtenção de licença.

Com o objetivo de responsabilizar o município e a empresa Clean Service Serviços Gerais Ltda, a ação do MPPA apresentou em 2018 e 2021, informações adicionais para provar que ao longo do processo, ficou claro os danos ambientais e à saúde das comunidades vizinhas e trabalhadores do aterro.

De acordo com a decisão, a situação está mais grave desde 2003, e nos anos de 2009 e 2021 foi constatado vazamento de chorume nos igarapés do entorno da região, que inclusive levou representantes dessas comunidades vizinhas a realizarem uma manifestação.

Prazos e providências

Conforme a liminar, o município e a empresa têm o prazo de 120 dias, podendo ter um bloqueio de R\$ 100 mil, caso não haja cumprimento dos cronogramas físicos (escalas de tempos para etapas de atividades a serem desenvolvidas) e financeiros (recursos financeiros necessários e as fontes de financiamentos para cobrirem cada uma das etapas de atividades).

A área deverá ser cercada e monitorada a fim de evitar a circulação de pessoas estranhas às atividades, além da adoção de medidas informativas voltadas a periculosidade do local, e que seja providenciada licença ambiental.

O lixo deverá ser organizado já depositado, espalhando ou empilhando, cobrindo, construindo drenagens temporárias para águas pluviais, de forma a minimizar a vulnerabilidade ao transporte por enxurradas, bem como preparem novas frentes para os recebimentos de rejeitos no período de menor estiagem (meados de dezembro a junho), com abertura de caminhos de serviços, impermeabilização de fundos e bordas de células, construção de drenagem temporária para águas pluviais, instalação de drenos para gases e chorume.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Comitiva da OAB Santarém encontra menor recolhido em situação irregular na delegacia de Alenquer

Diante da situação a OAB comunicou a Comissão de de Direitos Humanos da OAB Seção Pará.

Por g1 Santarém e Região — PA

27/05/2022 15h04 · Atualizado há 2 dias



Adolescente foi encontrado em uma cela que apresenta condições insalubres — Foto: OAB Santarém/Divulgação

Comitiva da OAB Subseção Santarém acompanhada por advogados alenquerenses, flagrou uma situação de violação de direitos humanos na Delegacia de Polícia Civil de [Alenquer](#), oeste do Pará, na manhã desta sexta-feira (27). Um adolescente estava recolhido (custodiado) de forma irregular em uma cela da unidade integrada (UIP) sem a garantia de seus direitos preservada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com o presidente da OAB Santarém, Ítalo Melo de Farias, as dependências da UIP onde o adolescente foi encontrado não estão adequadas, não apenas a ele, como aos demais detentos encontrados no local. A situação surpreendeu a comitiva, que não havia programado visita à delegacia.

"Nós estávamos fazendo visitas institucionais em todos os órgãos. Estivemos no Ministério Público, Prefeitura, Fórum. Inclusive inauguramos uma nova sala no Fórum, para os advogados. Então, estivemos na delegacia porque estamos pleiteando o terreno ao lado para a sede de uma futura subseção da OAB em [Alenquer](#), e nos deparamos com essa situação. Foi um surpresa, não foi uma visita programada", contou Ítalo Melo.

A comitiva formada além de Ítalo Melo de Farias, pela vice-presidente Pânysa Monteiro e a secretária geral adjunta Janecy Alves, acompanhada pelo conselheiro Eliézer Martins e advogados alenquerenses, teve acesso às dependências em que o adolescente se encontra e constataram que ele está em local insalubre, sem alimentação e fornecimento de água para consumo. Além disso, o adolescente disse não saber se sua família foi avisada que ele foi apreendido.

Diante da situação, a comitiva OAB Subseção Santarém tomou a iniciativa de comunicar a Seção Pará da Ordem dos Advogados do Brasil.

"Comunicamos a Comissão de Direitos Humanos da OAB Seção Pará e vamos cobrar a adoção de medidas para resolver o problema. Infelizmente, não encontramos na cidade, hoje, nem o juiz, nem delegado de plantão, e não há defensoria em [Alenquer](#) para atender os cidadãos e cidadãs alenquerenses", disse Ítalo Melo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Pérolas Musicais reúne arte e solidariedade em prol das crianças do Aurá

Shows terão renda revertida em ações sociais promovidas pela Associação Acreditar no Amanhã



Gigi Furtado e Francisco Campos (Divulgação)

A arte em prol da solidariedade é a proposta do show Pérolas Musicais III, do cantor Francisco Campos junto com convidadas, que será realizado em duas edições, dias 27 de maio e 3 de junho, às 20h, no Teatro do Sesi, em Belém. No repertório, serão lembrados os clássicos da Música Popular Brasileira (MPB), do cinema e de grandes musicais. O valor arrecadado nas apresentações será revertido em ações sociais da Associação Acreditar no Amanhã, em prol das crianças da Escola Santana do Aurá, localizada em Belém.

As cantoras Gigi Furtado, Lanna Bastos, Luciana Tavares, Denise Dacier e Lorena Monteiro participarão das apresentações junto com Francisco, que promete uma noite de muita música e boa nostalgia. “O nome é sugestivo porque desde a primeira concepção é um passeio musical pelo cancionário nacional e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

internacional, passando inclusive pela nossa música paraense, interpretando canções de grandes nomes do nosso Estado, como Waldemar Henrique, Wilson Fonseca, Jayme Ovale, dentre outros. Nas apresentações, são executadas também músicas de grandes festivais, musicais e de filmes imortalizados pela crítica”, destacou o cantor.

Francisco Campos garante que as cantoras convidadas farão sucesso na plateia. “São artistas com larga experiência tanto no campo musical erudita como também na interpretação de composições de maior apelo popular. O público certamente ficará encantado não só com a performance delas, mas com o repertório escolhido, que continua fiel à proposta inicial que dá nome ao espetáculo”. O ingresso tem o investimento de R\$ 60 e é vendido pelo Comitê de Ação Social e Cidadania por meio dos telefones (91) 3205-3775 ou 3205-3203.

O projeto “Pérolas Musicais” teve início em 2019, em uma conversa entre Francisco Campos e a cantora e também produtora do show, Gigi Furtado. “Estávamos no Café da Fox e discutíamos a possibilidade de fazermos um show juntos, foi quando ela me sugeriu que eu montasse um elenco de músicas para um eventual show. Um mês depois desse encontro, no mesmo lugar, surgiu a ideia e o apresentamos em setembro de 2019, na sala Augusto Meira, com casa cheia. Para essa edição, teremos surpresas ao longo da apresentação. Fica o convite para todo o público de Belém conferir de perto, não só pelo bom gosto musical, mas pela interpretação do cantor e das cantoras”, ressaltou.

Ação social - Um universo de quase 300 crianças da Escola Santana do Aurá e seus familiares é alcançado pelas ações da Associação Acreditar no Amanhã, instituição privada nascida do Comitê de Ação Social e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), integrada por magistrados e servidores, da ativa e aposentados.

Diversas parcerias, públicas e privadas, possibilitam, desde 2015, a esse público extremamente carente o resgate da cidadania, a reinserção e promoção social.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Das 153 famílias inicialmente atendidas, apenas uma tinha renda familiar mensal de R\$ 1 mil. O restante ficava na faixa dos R\$ 200.

Regularmente são entregues alimentos e material de higiene, prestada assistência médico-odontológica com acompanhamento psicológico, além da possibilidade de continuação dos estudos aos jovens que concluíram o ensino fundamental, a oferta de cursos profissionalizantes e ações de inclusão cívico-esportiva. Os alunos recebem, também, o material escolar e os uniformes completos. A Associação custeia aulas de reforço para as crianças com dificuldade no aprendizado normal.

No momento crítico da pandemia, os trabalhos continuaram com a disponibilização de máscaras e cestas básicas, respeitadas as normas de segurança sanitária. Como suporte financeiro ao custeio dessas ações, são promovidas venda de comidas, bazares, bingos, rifas e shows beneficentes. A Associação também aceita doações de roupas, gêneros alimentícios, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos usados (mas em condições de uso), que, recuperados, são destinados ao aprendizado dos alunos ou revendidos.

Agende-se

Show Pérolas Musicais III

Dias 27 de maio e 3 de junho às 20h

Teatro do Sesi (Avenida Almirante Barroso, nº 2540)

Ingressos a R\$ 60 vendidos por meio dos telefones (91) 3205-3775 e 3205-3203.

Informações: (91) 98118-3102.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br